ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

URBANISMO E AMBIENTALISMO: da separação à coexistência socioecológica

Autores:
HELIANA FARIA METTIG ROCHA - UFBA - helianamettig@ufba.br

Resumo:

Muitos estudos buscam enfrentar as contradições do sistema dominante pela luta social para alcançar transformações sociais. Este texto apresenta outros olhares que compreendem as práticas comunitárias emergentes em lugares de moradia e convívio como potencialidades no campo das transformações socioespaciais. Parte-se da retomada da origem de duas vertentes do campo propositivo de ação, urbanística e ambientalista, que emergiram de forma independente, caminharam em paralelo, coexistiram, mas raramente convergiram em ações concretas no ambiente construído. Apresenta-se um método de leitura das práticas identificadas em territórios sob assistência técnica para indicar caminhos para seu fortalecimento, apontando para coexistência socioecológica.

URBANISMO E AMBIENTALISMO:

da separação à coexistência socioecológica

INTRODUÇÃO

Muitos estudos buscam compreender as transformações na sociedade e no ambiente urbano, a partir das contradições do sistema dominante, sob a perspectiva da luta social. No entanto, a pesquisa que fundamenta este texto inclui outro olhar sobre as transformações socioespaciais, ao considerar a coexistência de questões sociais e questões ambientais recorrentes experimentadas como potencialidades por práticas comunitárias emergentes em lugares de moradia e convívio.

A pesquisa de doutorado, recém-defendida, analisou as transformações do meio ambiente urbano sob a perspectiva do campo propositivo de ação, ou seja, um campo composto pela ação local e pela ação do arquiteto-urbanista.

Partiu-se de uma perspectiva de retomada da origem de duas vertentes do campo propositivo de ação no ambiente urbano contemporâneo, a urbanística e a ambientalista, buscando identificar em quais aspectos havia convergência. Nos últimos dois séculos, estas vertentes emergiram de forma independente, caminharam em paralelo, mas raramente convergiram em ações concretas no ambiente construído. No entanto, ambas tinham um enfoque na "comunidade" e na "natureza", apesar de apresentarem diferentes tipos de "iniciativa" de autogestão.

Além disso, ao analisar a origem destas vertentes, estas se distinguiram pelo protagonismo das ações envolvidas. Na vertente urbanística, foram recuperadas nas práticas utópicas e utopias experimentais, as propostas pré-urbanistas e projetos urbanos de ideário social. E, na vertente ambientalista, foram retomados no ambientalismo, no ecologismo e no comunitarismo, os movimentos e práticas urbanas de ideário ecológico. Respectivamente, foram identificados o protagonismo técnico e o protagonismo ativista.

Segundo Françoise Choay (1992), que já analisava o protagonismo das ações envolvidas na produção do espaço na história do urbanismo, o tecnicismo da Arquitetura-Urbanismo prevalecia na virada para o século XX, em seu ideário de reforma social. De forma complementar, analisando o ideário do movimento ambientalista da virada do século XXI, estes desenvolveram outros caminhos para a transformação socioespacial, a partir de ativismos individuais e coletivos.

Destacando na história os pontos de encontro em que as duas vertentes se aproximaram, foram levantados caminhos utilizados por práticas locais e práticas no campo da Arquitetura-Urbanismo que indicaram a formação de um ideário de coexistência

socioecológica[1]. Este, tende a associar questões ambientais, sociais e humanas aos aspectos sociológicos, econômicos, psicológicos e geográficos, incluindo a pluralidade existente nas eco-lógicas sociais, ambientais e das singularidades (GUATTARI, 2012), colocando o arquiteto-urbanista diante de novas situações para as quais precisa se preparar em sua formação.

Sob a perspectiva da coexistência, pressupõe-se que ações locais podem ser potencializadas, ao invés de, exclusivamente, analisadas sob o olhar dos conflitos urbano-ambientais. No nível local, impactos sociais e ambientais recorrentes têm despertado respostas plurais na forma de práticas comunitárias emergentes. A pesquisa destacou lugares de moradia e convívio com experiências de autogestão, muitas vezes, com o intuito de responder a lacunas da ação das políticas públicas.

Na complexidade atual das cidades, o diálogo entre as duas vertentes se evidencia nas mais recentes práticas comunitárias, a exemplo das Ecovilas, Iniciativas Urbanas emergentes e dos Ecobairros[2], fundamentadas na ação local de abordagem *bottom-up*, no nível da comunidade, transformando e criando lugares com ambiência e apropriação das pessoas. Este artigo destaca uma das Iniciativas Urbanas emergentes em contextos desiguais estudadas no Brasil, demonstrando a aplicação do método de leitura para sua melhor compreensão e desdobramentos.

Essas iniciativas demonstraram caminhos que aproximam as duas vertentes, sob a perspectiva das ações propositivas de seus protagonistas – cidadãos, ativistas, eventualmente assistidos por arquitetos-urbanistas, o que justifica rever os papéis deste profissional em meio ao contexto complexo e plural das cidades brasileiras como possíveis mediadores que viabilizem o fortalecimento de práticas locais emergentes nessas localidades.

Estas apresentam-se emergentes, latentes e são encontradas de forma plural e dispersa. Entretanto, apontam para tendências ao engajamento político, nem sempre associados ao trabalho do arquiteto-urbanista. Apresentam efeitos de transformação local e, muitas vezes, geram envolvimento de instâncias que extrapolam o nível da comunidade.

Assumir esta coexistência no meio ambiente urbano possibilita um novo olhar para identificar caminhos de convergência em meio a tensões urbano-ambientais, evidenciando tendências ao engajamento político de arquitetos-urbanistas.

A referida pesquisa desenvolveu uma metodologia de leitura, apreensão e análise das práticas comunitárias emergentes para subsidiar projetos de abordagem socioecológica. As categorias de análise "iniciativa-comunidade-natureza-urbanismo" compõem um quadro teórico-referencial capaz de mostrar uma leitura instantânea, mesmo que impermanente, portanto passível de recondução em outro momento daquela prática comunitária, inclusive facilitando diferenciar caminhos de resistência criativa e de resiliência. Esta perspectiva visa orientar ações do arquiteto-urbanista para projetos mais engajados, no sentido de ampliar a

[1] A noção preliminar de coexistência socioecológica se traduz na possibilidade da coexistência entre contradições e confluências sociais e ambientais no campo propositivo de ação, somando-se à dimensão das singularidades individuais e coletivas, para ampliar o espectro de abrangência das transformações socioespaciais (ROCHA, 2017).

[2] O estudo das Ecovilas e Ecobairros foi parcialmente exposto no IV ENANPARQ no artigo intitulado *Urbanismo Sustentável e Comunidades em Áreas Urbanas Vulneráveis*: Novas Utopias? (ROCHA, 2016) e, na sua íntegra, na tese intitulada *O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes:* caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos (ROCHA, 2017).

capacidade transformativa urbana e devolver novos lugares para a cidade (LEFEBVRE, 1991; GUATTARI, 2012; ROCHA, 2017).

Mais recentemente, tem-se verificado a prática de uma arquitetura mais politizada, que contempla o papel social e a responsabilidade destes profissionais para com a sociedade, incluindo temas como a vida comunitária, participação, igualdade de gêneros e sustentabilidade (MONTANER; MUXI, 2014).

A dimensão política que atravessa as questões urbano-ambientais também pode ser lida pelas relações de poder que as envolve, sendo distinguidas por uma lógica de coordenação vertical. Em relação às abordagens de intervenção no ambiente urbano, há práticas que vivenciam a integração da abordagem ascendente – "de baixo para cima", *bottom-up*, ou "de dentro para fora" – ou sob uma abordagem descendente – "de cima para baixo", *top-down* ou "de fora para dentro" –. Enquanto a primeira nasce de saberes locais, de forma autogestionária e/ou autônoma; a segunda valoriza a técnica do arquiteto-urbanista, de influência unidirecional intervencionista. Esta proposta mediana equivale à abordagem *bottom-linked* que valoriza a ação social das subjetividades individuais e coletivas, procurando aproximar saberes comuns e campos do conhecimento (SANTOS, 2006; EIZAGUIRRE et al., 2012).

Estas abordagens ficam mais visíveis com o uso de linguagens apropriadas ao público que pretende alcançar, sendo moradores locais, técnicos, gestores públicos e/ou apoiadores. Duas ferramentas desenvolvidas pela pesquisa são destacadas neste artigo, no intuito de contribuir com possíveis desdobramentos de aplicação imediata, no intuito de elaborar leituras das práticas locais emergentes.

Do mesmo modo, é relevante retomar o conceito de "campo propositivo de ação", desenvolvido para compreender o que emerge localmente e o que surge como intervenção externa à essas localidades, proveniente da ação do arquiteto-urbanista.

Assim, é possível reconhecer tendências e interrelações que viabilizam aprofundar e qualificar qualquer prática local emergente, visando adotar focos específicos para o fortalecimento de suas ações, além de possibilitar compará-las, considerando seus diferentes contextos.

Nesse sentido, o artigo apresenta uma síntese da pesquisa supracitada, no intuito de contribuir com possíveis desdobramentos que acionem os recursos alcançados durante seu desenvolvimento, esclarecendo conceitos, aprimorando conteúdos e apresentando recursos e ferramentas de imediata aplicação na análise de práticas comunitárias emergentes em lugares de moradia e convívio. Nesse sentido, busca-se sua aplicação prática, aberta e flexível, visando o posicionamento do arquiteto-urbanista perante os desafios e as demandas persistentes das cidades brasileiras contemporâneas. Estas, cada vez mais, tem exigido abordagens que considerem a coexistência de questões sociais e ambientais, buscando incluí-las no planejamento e projeto engajados por uma convergência socioecológica.

CAMPO PROPOSITIVO DE AÇÃO

Para delimitar o campo propositivo de ação, por um lado, é necessário considerar as práticas de ação local e, por outro lado, as práticas da Arquitetura-Urbanismo. Estas nem

sempre convergem em seus objetivos, apesar de admitirem o mesmo objeto empírico – o habitar – entendido em seu sentido amplo que abrange não apenas a unidade habitacional, mas integra a sua inserção urbanística, requisitos necessários à moradia de qualidade – infraestrutura, saneamento, equipamentos coletivos, áreas públicas de recreação e lazer –, além da segurança física e da preservação ambiental (LEFEBVRE, 1991).

O campo da ação local no meio ambiente urbano engloba práticas locais emergentes originadas por qualquer tipo de engajamento ou iniciativa que evolui a partir da comunidade ou de outros níveis de agentes locais. Nesse sentido, compreende-se essas práticas como coletividades de diferentes indivíduos, organizadas no nível local – nos limites flexíveis de um bairro, de uma vila, favela - estas também chamadas de práticas comunitárias. Interagem como agentes que moldam seus próprios ambientes, a partir de seus modos de vida e com potencial para contribuir com o desenvolvimento local.

As práticas comunitárias emergentes atuam no campo propositivo de ação local, enquanto arquitetos e planejadores urbanos atuam tecnicamente no campo propositivo de ação da Arquitetura-Urbanismo. Este último engloba ideários em meio aos projetos gerados, fazendo prevalecer o poder intrínseco daqueles agentes que os integram ou apenas daqueles que os propõem.

Estas ações, quando dialogam, nem sempre convergem em propostas que refletem as necessidades e anseios de ambos os agentes – locais e técnicos –. Os processos participativos, para elaboração de projetos no nível local, possuem muitas nuances a serem trilhadas e amadurecidas. Pode-se visualizar seu alcance ao comparar esses processos em distintos contextos como, por exemplo, do Sul e o Norte Global, estudados em pesquisa anterior (ROCHA, 2017). A crescente complexidade dos problemas ambientais urbanos requer abordagens de planejamento e projeto cada vez mais participativas, que variam nesses contextos sociopolíticos distintos segundo níveis diferenciados de envolvimento político das partes interessadas – cidadãos, comunidades, agentes governamentais e investidores –.

Sob a perspectiva do campo propositivo de ação, notam-se diferenças no protagonismo das ações para fins de transformação socioespacial. Esta noção justificou a categoria de análise "iniciativa", que identifica a tendência da ação transformadora – se tecnicista ou "de cima para baixo", se ativista ou "de baixo para cima", ou mesmo, colaborativa.

Em países de sociedades mais igualitárias, como os do Norte Global, em especial o norte europeu, tem-se alcançado níveis considerados altos na escala de participação[3], revelando a intenção do governo e de outras instâncias decisórias em promover às comunidades parte do poder de tomada de decisão sobre seu território.

Em países de sociedades menos igualitárias, como o Brasil, que nesta pesquisa representa o Sul Global, quando ocorrem processos participativos no planejamento urbano, são alcançados níveis ainda considerados baixos na escala de participação, gerando intervenções urbanas sem apropriação dos moradores locais, sujeitas ao abandono ou à

[3] A escala de participação varia em função da progressão do envolvimento comunitário, desde a consulta-participação-empoderamento. Sherry Arnstein, em 1969, criou a "escada da participação cidadã" para países desenvolvidos e, Marisa Choguill, em 1996, criou a "escada da participação comunitária para países em desenvolvimento". Ambas lidam com o suporte do governo e redistribuição do poder (SCHINKEL et al, 2014, p.18).

rápida degradação. Como contraponto, a falta de oportunidade de participação nesses processos decisórios também estimula a autogestão, tanto como atitude derivada da luta diária por sobrevivência quanto em resposta à inação dos agentes governamentais em favor do interesse coletivo.

Ainda que por motivações diferentes, as práticas estudadas na contemporaneidade apresentaram caminhos diferenciados que propiciaram a criação de lugares, em processos criativos potencializadores do coletivo, partindo das pessoas e do lugar. No entanto, a opção pela via da ação propositiva e da interrelação com as categorias de análise comunidade e natureza não elimina a existência de adversidades intrínsecas aos processos, possibilitando despertar capacidades que, em circunstâncias favoráveis, ficariam adormecidas.

VERTENTE URBANÍSTICA

Entende-se como vertente urbanística do campo propositivo de ação no ambiente urbano contemporâneo, aquela que se caracteriza pela ação propositiva de cunho tecnicista, em que prevalece o protagonismo técnico intelectual. O período da cidade industrial emergente da virada do século XX suscitava soluções e intervenções para a melhoria da insalubridade das habitações, promovendo a organização em comunidade, por meio da autogestão de atividades produtivas e cotidianas, e retomando a aproximação com a natureza, principalmente, como composição da paisagem. Segundo a lógica de coordenação vertical, estas foram iniciativas de abordagem *top-down*, ou “de cima para baixo”.

Por sua origem retomar a industrialização na busca de solucionar seus efeitos, as propostas afastavam-se das cidades inchadas, insalubres e desumanas. Mesmo que estas idealizações tenham sido censuradas como utópicas, também instituíram ações reguladoras que contribuíram com a configuração das cidades do século XX, aliviando-as da carga da industrialização.

As práticas encontradas nessa vertente apresentaram características diversas, porém tinham em comum o fato de terem sido experiências propostas por visionários, protagonizadas por industriais filantrópicos e urbanistas, por meio de uma visão técnica unidirecional, contemplando benefícios e interesses.

De acordo com Choay (1992), dentre os intelectuais reformistas do final do século XIX, foram diferenciados os progressistas, que focavam em soluções práticas de reforma social e os culturalistas, com foco no retorno à natureza. Suas proposições incluíam desde edifícios para o bem-estar coletivo até cidades ideais, com a intenção de definir modelos passíveis de reprodução em larga escala.

Ambos procuravam soluções diante dos efeitos da industrialização, mas distinguiam-se na forma de compreender o indivíduo: (i) os progressistas o viam como “indivíduo-tipo”, que necessitava de soluções racionais e padronizadas, garantindo o acesso igualitário de recursos, benefícios e salubridade por meio de princípios e regulamentos para a vida em comunidade (Owen, Fourier, Godin); (ii) os culturalistas o viam como “indivíduo-membro de uma comunidade”, que tinha suas particularidades e singularidades próprias. Estes últimos, ao objetivar a retomada da natureza como se configurava organicamente na cidade pré-industrial, definiram uma série de medidas para recuperar a cultura do campo enquanto

paisagem que iria compor a cidade, como Ebenezer Howard e Frank Loyd Wright (CHOAY, 1992; MONTANER e MUXÍ, 2014).

Da mesma forma, os chamados reformistas seguiam um conjunto de filosofias políticas e sociais de caráter prático, mas foram criticadas como proposições socialistas utópicas. Ainda que se apresentassem passíveis de espacialização, foram empreendidas e reproduzidas em uma escala reduzida e, até mesmo, distantes das suas idealizações originais. Inclusive, nas propostas utópicas retomadas foi demonstrado que, em algumas localidades, a escravidão havia acabado antes da abolição da escravatura. Remonta-se às vilas industriais ofertadas por seus proprietários intelectuais e visionários, constando de exemplares também na Bahia, como Luis Tarquínio que, em 1895, realizou a primeira vila operária no Brasil, constando de creches, escolas, biblioteca, museu de história natural e cooperativa para uso dos seus empregados.

Essa noção configurava o ideário que prevaleceu no conjunto de ideias voltadas para soluções de ordem social frente aos problemas causados pela indústria nas cidades, ou seja, o ideário de reforma política social, ou ideário social. A fase do pré-urbanismo foi interpretada por Choay (1992) como "obra de generalistas" – historiadores, economistas ou políticos – enquanto que o urbanismo foi "o apanágio de especialistas", em geral, arquitetos. Além disso, a autora refletiu que o urbanismo, por não se inserir em uma visão global da sociedade, seria "despolitizado", diferentemente do pré-urbanismo que estaria engajado a opções políticas e sociais que fundamentaram e regularam suas propostas.

As experiências comunitárias do século XIX reforçavam a crença na construção de uma vida social ideal. Por outro lado, as visões e práticas contidas, nessas comunidades consideradas utópicas, contribuíram significativamente para o desenvolvimento das ciências sociais e do urbanismo contemporâneo (METCALF, 1996). De certo modo, os socialistas utópicos tiveram a sua forma de enfrentar o embate da sociedade da época, ao pensar a cidade a partir de novas matrizes urbanísticas e sociais.

> "[...] os socialistas utópicos tentavam dar uma resposta às difíceis condições de vida dos trabalhadores urbanos, através de proposições ideais que procuravam solucionar as graves questões sociais e urbanas do período, sobretudo a partir da melhoria das condições de habitação. Eram os continuadores dos pensadores sobre espaços ideais como Platão e sua República; *Al-Fa-Farabi* e a Cidade Ideal, Thomas Morus na sua Utopia e Campanella e a Cidade do Sol." (VASCONCELOS, 1999, p. 37)

Na primeira metade do século XX, o interesse do capital concorrencial da sociedade industrial iniciou um processo mais intenso da exploração direta do trabalho, acentuando a divisão de classes. A ascensão da burguesia industrial nas cidades se aliou à classe técnico-científica nascente e direcionou o urbanismo para seus próprios interesses, manifestando, desde então, a tendência de manipular o solo urbano como mercadoria, prevalecendo o valor de troca. Esse protagonismo técnico, também chamado de "utopia dos especialistas", por Carlos Vainer (2003), se caracterizou pelas soluções urbanas projetadas a partir da prancheta, não havendo diálogo entre o profissional e os habitantes das cidades. Quando

ocorria o diálogo, este servia para angariar investidores aderentes a seus ideais para viabilizá-los.

Argumenta-se, portanto, que o protagonismo técnico, onde o urbanista propõe soluções para os problemas da sociedade, era o fator que diferenciava as propostas deste período em relação às práticas ambientalistas subsequentes. Estas apresentaram outros protagonistas e outras formas emergentes expressas na produção do espaço.

VERTENTE AMBIENTALISTA

A vertente ambientalista distingue-se pelo protagonismo proveniente de ações promovidas por ativismo ambiental, originadas por grupos de pessoas e organizações de base, por meio de ações plurais pulverizadas, consideradas iniciativas *bottom-up* ou "de baixo para cima".

Ao recuperar as principais correntes da vertente ambientalista, desde os pioneiros da Ecologia Urbana na Escola de Chicago de Sociologia Urbana que proporcionaram o ímpeto do desenvolvimento deste campo, ocupado, posteriormente, por pensadores dos Ecossistemas Urbanos e da Ecologia Profunda. Esses conteúdos acabaram sendo incorporados em uma série de noções sobre a cidade, como Urbanismo Sustentável, Urbanismo Ecológico e Resiliência Urbana. As tentativas de integrar a questão social aos aspectos ecológicos tiveram sucesso limitado. Entretanto, ficou evidente que as práticas derivadas do ativismo ambientalista, a partir da segunda metade do século XX, no âmbito da ação local, marcaram a formação de um ideário ecológico com possibilidades de diálogo entre as duas vertentes.

O ideário ecológico, ou ideal societário ecológico, se afirmou durante o século XX como via alternativa contra os ideais de progresso e de desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo, degradadora da natureza. Esta via alternativa, quando relacionada à ação política em forma de ativismo ambiental, também é reconhecida como ideário verde.

Diferentemente da vertente urbanística que se expressa por meio de propostas de Arquitetura-Urbanismo, a vertente ambientalista se expressa sob a forma de movimentos sociais, atrelados ao ativismo ambiental com enfoque na natureza e na comunidade, alguns deles com expressões espacializadas. Estes se apropriaram dos motes de cada tempo e lugar, com suas respectivas mutações e abrangências, desde o contexto local ao planetário.

Esta vertente ambientalista do ideário propositivo de ação no ambiente urbano surgiu das reações da sociedade civil diante dos desastres ambientais e de um conjunto de fatores que levaram à tomada de consciência sobre os impactos da atividade humana no planeta. Estas questões foram se acentuando na medida em que o crescimento exacerbado dos processos de usurpação da natureza e acumulação das riquezas despertou o protesto de ativistas ambientalistas e ecologistas desde meados do século XX.

De modo geral, atuam por meio de ações civis de impacto global, como ativismos contra o aquecimento global, a favor da conservação dos recursos naturais e da preservação da vida. O ativismo, como característica dos primeiros movimentos de cunho ambientalista, permeou todos os subsequentes, tendo sua maior intensidade nas ações iniciais do Movimento Ambientalista das décadas de 1960 e 1970.

A atuação do Movimento Ambientalista[4] fortaleceu a assimilação da perspectiva ecológica pelo campo da Arquitetura-Urbanismo, mesmo considerando que a trajetória iniciada pela Ecologia Humana na Escola de Chicago não foi adequadamente apropriada pela classe científica no campo urbano, por suas tendências de segregação social. Contudo, os conteúdos fundamentais da questão ambiental, desde à Ecologia, no início do século XX, ao Ecourbanismo, na virada do século XXI, precisaram ser recuperados e reconduzidos de forma a compreender a contribuição da vertente ambientalista para o ideário de coexistência socioecológica.

Os ativistas ambientalistas são contestadores do sistema dominante, tomando a questão ambiental como norteadora das suas experimentações utópicas. Os movimentos e práticas urbanas são as principais expressões da vertente ambientalista do campo propositivo de ação local. Dentre as expressões espaciais originadas no movimento ambientalista, tem-se as aldeias *hippies* alternativas, até mesmo, as de cunho espiritual. Algumas das comunidades ecológicas, precursoras do Movimento das Ecovilas, autointitulam-se como "laboratórios de experimentação". Muitas iniciadas nos anos 1970 se organizaram em rede a partir de 1990, iniciando um processo de troca de experiências entre as inúmeras comunidades intencionais, ecovilas e afins, numa escala global. Ressalta-se que a dimensão utópica das mesmas poderia ser comparada às práticas utópicas socialistas, ou às utopias experimentais propostas por Lefebvre (1991), porém sem se alinhar diretamente a nenhuma delas.

Diferentemente da vertente urbanística do campo propositivo de ação, que se expressou por meio de propostas de Arquitetura-Urbanismo, a vertente ambientalista se expressou sob a forma de movimentos sociais atrelados ao ativismo ambiental no campo propositivo de ação local.

Ao partir da ação local – individual, coletiva e comunitária, de protagonismo ativista (*bottom-up*), se distinguiam das iniciativas institucionais, governamentais e do setor privado – fator que as diferenciou das propostas urbanas estudadas na vertente urbanística, como formas espacializadas do protagonismo técnico unidirecional (*top-down*).

As propostas de reformulação urbana e social, não hegemônicas, com enfoque na natureza e na comunidade praticadas na virada do século XXI apresentaram características diferentes das propostas utópicas da virada do século XX, tanto pela sua origem (muitas vezes de base comunitária autogestionária) quanto pelo cunho ambientalista (de ativismo político).

Quanto à abordagem de intervenção urbana, diferentemente da abordagem "de cima para baixo" (*top-down*) do pré-urbanismo e do urbanismo culturalista dos "especialistas", os movimentos de influência ambientalista, que espacializaram suas propostas, praticaram uma abordagem "de baixo para cima" (*bottom-up*). Os primeiros tenderam a enfocar em uma espécie de reforma política social vinculada às soluções de projeto urbano; enquanto os seguintes tenderam a focalizar questões de cunho ambiental, que perpassaram por características conservacionistas, denunciativas, partidárias, autogestionárias e autônomas, e focadas na resiliência comunitária.

[4] O movimento ambientalista teve como principal alvo de críticas o lançamento de grandes quantidades de produtos químicos no meio ambiente, sem o entendimento dos seus impactos sobre a biosfera (CARSON, 2002).

As respostas "não-especialistas" provenientes da vertente ambientalista, não foram desenvolvidas por profissionais do campo urbano. Os movimentos da sociedade civil utilizavam a via propositiva da ação para modificar ou criar o lugar de sua moradia e convívio.

As práticas comunitárias da vertente ambientalista surgiram em meio a juventude revolucionária da década de 1960, sendo posteriormente protagonizadas por intelectuais e trabalhadores escolarizados da classe média. Mas, acima de tudo, derivadas de iniciativas individuais, comunitárias e coletivas – não hegemônicas e não institucionalizadas. Os ativismos e protestos do século XX mostraram uma via propositiva diferente dos caminhos de resistência praticados por outras iniciativas reivindicatórias e de luta.

Estas respostas alternativas, guiadas pelo ideário ecológico de iniciativas individuais e coletivas, atuantes como protagonistas na criação de lugares, possibilitaram elencar variáveis de análise capazes de distinguir o indivíduo-ativista do indivíduo-consciente (ou sujeito ecológico), em contraste com o indivíduo-tipo e o indivíduo-membro de uma comunidade, observados anteriormente nos conteúdos tratados na vertente urbanística (CHOAY, 1992).

INTEGRANDO AS VERTENTES URBANÍSTICA E AMBIENTALISTA

Com a releitura das práticas comunitárias em períodos distintos da história foi possível observar as diferenças e confluências entre os ideários de reforma social e ecológica encontrados, respectivamente, nas vertentes urbanística e ambientalista. A integração de ambas as vertentes envolve um resgate da Revolução Industrial enquanto acontecimento histórico que provocou uma ruptura entre o ser humano e a natureza. Pertencendo a campos diferentes, cada qual provocou conceitos próprios.

A partir da Revolução Industrial, a natureza foi tomada como modelo a ser conquistado. Segundo Lenoble (1990, p. 260), o pensamento dominante naquele período se expressava assim: "[...] se a natureza é uma máquina, a ciência é a técnica de exploração dessa máquina". Seguindo as bases do racionalismo de Descartes[5], os acontecimentos subsequentes consagraram o desenvolvimento de uma concepção filosófica-científica mecanicista, ratificada pela física newtoniana e pelo Iluminismo no século XVIII, que concebiam a natureza, o mundo, e o universo a partir de uma ordem mecânica, objetiva e exterior ao ser humano. No decorrer do século XX, o mecanicismo tornou-se uma das poderosas alavancas intelectuais da transformação técnico-produtiva e social que se verificou na Inglaterra a partir dos anos 1780. Essa visão de mundo mecanicista consagrou a separação entre os processos sociais e ambientais.

Até o século XVI, a Natureza[6] era vista como princípio divino, por isso escrita com

[5] Descartes elabora a obra *O Discurso sobre o Método* em 1637 como um tratado filosófico e matemático que lançou as bases do racionalismo como única fonte de conhecimento.

[6] Em algumas passagens de sua obra, Rousseau dava à palavra *natureza* um sentido quase divino e absoluto a ser buscado e seguido. Tal sentido deixava transparecer uma natureza da natureza, a qual era grafada Natureza, com letra maiúscula, por coincidir com o princípio divino. Nesse sentido, havia uma natureza absoluta (N) que gerava a natureza (n) e o estado de natureza (PAIVA, 2007).

letra maiúscula. Na atualidade, dirigindo-se à etimologia da palavra, natureza[7] é aquilo que surge, que se dá por nascimento, nato. É o mundo material em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas. Os séculos XIX e XX marcaram definitivamente, através da produção, das técnicas, das indústrias e mesmo da cultura, a incorporação da natureza à vida social. Os objetos, as ações, as crenças e os desejos dos homens passaram a incluir a natureza ou as representações da natureza, inserindo também a realidade opressiva da vida humana e das perspectivas da sociedade (SANTOS, 1997).

Em uma reflexão parcial sobre a vertente urbanística, correspondente ao período pré-urbanista, constatou-se que esta surgiu durante o processo de industrialização e da necessidade de contornar seus efeitos na formação de cidades inchadas, insalubres e desumanas. Ao tempo em que essas idealizações foram enquadradas como utópicas, mostravam ser possível experimentar outros modos de vida ou de visões de mundo não hegemônicos. Sobretudo, por se basearem em atitudes humanitárias e promotoras de autogestão, protagonizadas por industriais que promoviam associações de cooperativas para que os trabalhadores tivessem mais autonomia, além de melhores condições de educação e serviços compartilhados. As propostas eram criativas e inovadoras para lugares com fins de moradia e convívio, fundamentando-se na moldagem do caráter do ser humano, a partir da influência que o modo de vida e o ambiente exercem sobre o indivíduo.

A vertente ambientalista do campo propositivo de ação representa as práticas dos movimentos ambientalistas, caracterizadas pelo protagonismo ativista de ideário ecológico do final do século XX, expressas na forma de movimentos originados em meio à sociedade civil que se espacializaram na forma de aldeias hippies, ecovilas e iniciativas de transição urbana. Os ambientalistas, inicialmente, versavam sobre a conservação da natureza e a preservação das espécies, prevalecendo um caráter de denúncia, o que conformou as correntes do conservacionismo e do preservacionismo. Já as ações protagonizadas por ativistas do movimento das ecovilas e do movimento cidades em transição espacializaram suas ideias por meio de uma abordagem *bottom-up* de forma propositiva.

A busca por um diálogo entre ambas as vertentes, por um ideário de coexistência socioecológica, fundamenta-se na interrelação dos ideários que prevaleceram em ambas as vertentes - social e ecológico – pois ambos coexistem no campo propositivo de ação local das práticas comunitárias emergentes.

O caráter propositivo e inovador das práticas consideradas utópicas da primeira vertente com o ideário ecológico da segunda vertente, que incorporou uma visão em que o ser humano está inserido na natureza, sujeito aos resultados de suas próprias ações sobre a mesma, para além de uma visão antropocêntrica. Isso significaria relacionar a abordagem *"de cima para baixo"*, que provém da técnica do arquiteto-urbanista, com a abordagem *"de baixo para cima"*, que surge da ação social das subjetividades individuais e coletivas, a partir do estabelecimento de uma visão que procura aproximar disciplinas e campos do conhecimento, focando nos territórios com estratégias de integração entre as vertentes urbanísticas e ambientalistas.

[7] Etimologia da palavra "natureza" no latim: *natura*, *comp.* pelo tema *natus*, *p.pass.* de *nascere* = nascer e *urus* = sufixo do particípio futuro de *oritur* = surgir, gerar, *a força que gera*.

LEITURA DAS PRÁTICAS LOCAIS EMERGENTES

Mapa de Agentes

O mapa de agentes é utilizado na apreensão das relações entre agentes que influenciam no objeto de estudo que se deseja analisar. Possibilita uma leitura instantânea dessas relações em um processo em andamento, podendo ser alterada de acordo com a dinâmica socioespacial. Quanto mais detalhado, possibilita uma leitura do envolvimento de indivíduos, coletivos e instituições de naturezas plurais em níveis diferentes de aproximação. O conceito de agente é o mobilizador, individual ou coletivo, que se engaja na criação, produção, promoção e fruição das atividades no e do seu território.

Tem sua origem na sociologia com a sociométrica, tendo os sociogramas aplicados ao ensino e o sociomapa aplicado à análise de redes sociais. Recentemente, essa ferramenta tem auxiliado estudos que se beneficiam com a compreensão de como as relações entre agentes se desenvolvem para subsidiar a mobilização de estratégias e tomada de decisão, visando qualificar processos participativos de planejamento.

É uma ferramenta que se destaca pela linguagem visual na forma de diagrama que facilita sua interpretação. Partindo da identificação de agentes, expõe as relações, direções e forças atuantes, registrando a aproximação e distanciamento das ações em relação ao centro do mapa. Para este estudo, no centro, posiciona-se o propósito da transformação socioespacial que a prática local se dedica. Seu objetivo é possibilitar uma leitura do balanço de forças entre os agentes relevantes, identificando as relações que precisam ser fortalecidas e/ou reestabelecidas, assim como identificar aquelas que contribuem ou que impedem o andamento do propósito em questão. Alguns critérios que podem ser utilizados para organizar os agentes: impacto; proximidade da relação; influência; poder; urgência ou tensão; representação; ponto de vista diferenciado. Estes critérios são relacionados por meio de legendas que descrevem cores, formas, tipos de linha, espessura, setas com direção, etc.

Retoma-se aqui, um dos casos estudados durante a pesquisa com o objetivo de elaborar um mapa de agentes que ilustra a leitura das práticas comunitárias emergentes em uma das iniciativas urbanas em contextos desiguais, o Parque Sitiê no bairro do Vidigal-RJ (Figura 1), buscando visualizar as relações, forças e influências entre os agentes e entre estes e a prática estudada. Para melhor entendimento, em seguida, recupera-se uma síntese[8] dessa prática local de transformação socioespacial.

Localizado no Bairro do Vidigal[9], Rio de Janeiro, o Parque Sitiê é um parque ecológico urbano de 8,500m^2 com origem, liderança e apropriação comunitária. Até a metade da década de 1980, a área era um sítio em meio à Mata Atlântica. Em 1986, seis famílias invadiram a área e começaram a sua degradação, sendo agravada em 2003 quando a Prefeitura demoliu as casas e não removeu o entulho. Por 20 anos, um total de 16 toneladas de lixo, incluindo eletrodomésticos, vigas de metal e animais mortos foram acumulados. Como em todas as favelas e ocupações irregulares, a comunidade do Vidigal se encontra

[8] Síntese de Rocha (2017, p.249-251).
[9] O Morro do Vidigal recebeu a 19ª Unidade de Polícia Pacificadora-UPP em 2012, tornando-se bairro do Vidigal.

desassistida por políticas públicas que contemplam plenamente o Direito à Cidade, estando sujeita à falta de serviços sociais e infraestrutura precária.

Um dos protagonistas desta prática, o músico Mauro Quintanilha, é morador local desde sua infância. Durante uma entrevista, ao ser questionado sobre a motivação inicial, relatou que iniciou o trabalho diante de um questionamento a si próprio: "– Quem vai se mudar? O lixo ou eu?", quando decidiu mudar sua atitude para, assim, transformar o lugar. Não se caracterizou como um conflito ambiental, no entanto, sua frustração somou-se a preocupações com a saúde e a comunidade. Com o apoio de Paulo Almeida e outros moradores, o lixo foi removido em parte, durante um período de seis anos. Descobriu no processo que a forma mais efetiva de recuperar a terra e prevenir novas invasões era reflorestar, implantando também áreas para agricultura urbana, o que levou o Sitiê a ser reconhecido como a primeira agrofloresta do Rio de Janeiro em 2012. Neste mesmo ano, durante a Conferência Rio+20, Quintanilha e Almeida conheceram o arquiteto Pedro Henrique de Cristo[10], que viu o potencial da ação e trabalhou nos primeiros esboços para a formação do Instituto Sitiê para o Meio Ambiente, Artes e Tecnologia, atualmente autogerido pelos iniciadores e o arquiteto.

Em março de 2013, Pedro de Cristo organizou um desafio de *design* que contou com a participação de arquitetos brasileiros e estrangeiros, marcando o início da cooperação formal entre o Instituto, especialistas nacionais e internacionais ligados à Universidade de Harvard, entre 2013 e 2015, quando elevou o projeto a uma nova escala de operações, crescendo de uma área de 1.500m^2 (2013) para os atuais 8.500m^2, e ampliando suas atividades nas áreas de educação, design, agricultura urbana, reflorestamento, artes, cultura, tecnologia e empreendedorismo (turismo e design).

Em 2015, o Sitiê se tornou uma associação e também alcançou o status de organização da sociedade civil (OSCIP) que possibilitou a diretoria ser remunerada por seu trabalho. Nota-se que foi uma iniciativa de "criação de lugar" baseada na necessidade de se criar um espaço mais salubre para o convívio que beneficiava o entorno das moradias da comunidade, por meio de um processo experimental "aprender fazendo", ou seja, o aprendizado desenvolvido por meio de um processo empírico experimental em que as habilidades das pessoas e as soluções são desenvolvidas em resposta aos desafios específicos do lugar.

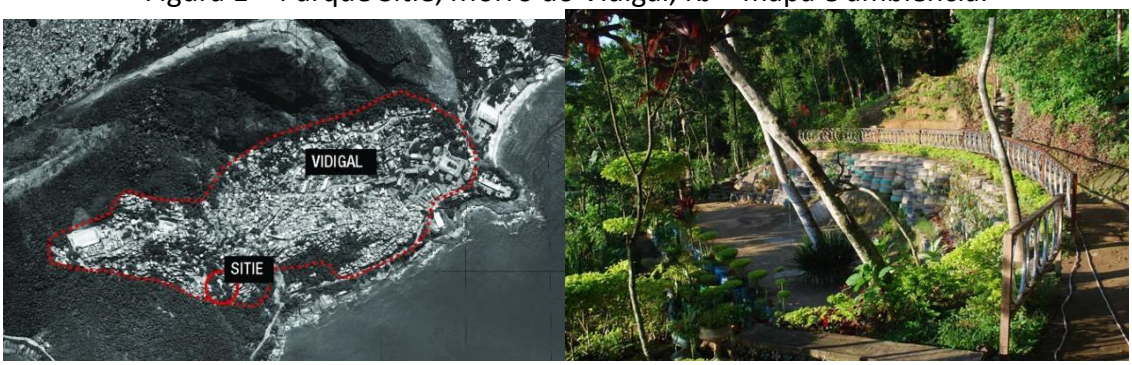
O sucesso do Parque e Instituto Sitiê é atribuido em ter sido criado e continuar sendo liderado pela comunidade local, enquanto incorpora profissionais altamente treinados na sua equipe. O somatório entre os saberes locais dos iniciadores da comunidade com a capacidade técnica do campo da Arquitetura-Urbanismo (*landscape design*, *design* de produto, políticas públicas, tecnologia e gestão de parques), cria uma cultura de excelência e transparência em um contexto desafiador de pobreza e violência, resultando em inovações com ressonância e potencial de expansão.

Afinal, naquela localidade, com somente 0,25m^2 de espaço público por habitante, em uma área de terreno extremamente íngreme, era uma necessidade urgente a limpeza como também a demanda por espaços públicos verdes para bem-estar, cultura e lazer. Sob a liderança de alguns indivíduos, o coletivo composto por membros da comunidade e

[10] Arquiteto graduado na Universidade de *Harvard* e fundador do Estúdio de Arquitetura+D.

apoiadores externos conseguiu, não somente transformar o lugar, mas também promover uma nova cultura local, passando de vetor de degradação à protetora da floresta.

Figura 1 – Parque Sitiê, Morro do Vidigal, RJ – mapa e ambiência.



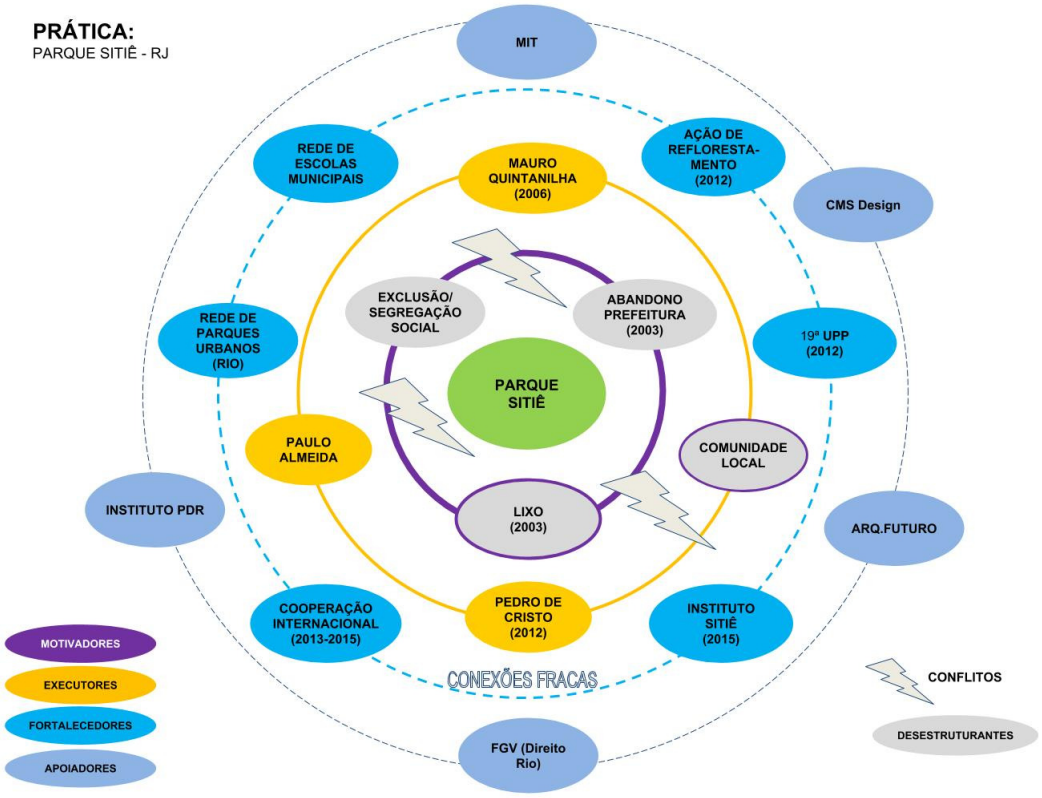
Fonte: ROCHA, 2017, p.249.

A aplicação do mapa de agentes é adaptável às especificidades das práticas estudadas e do conteúdo a que se objetiva evidenciar. Neste exemplo, destaca-se a identificação dos agentes nos seguintes aspectos: a proximidade ao centro identifica as ações que motivaram a prática de transformação socioespacial; a distribuição em círculos concêntricos possibilita visualizar as relações de proximidade dos agentes motivadores-executores-fortalecedores-apoiadores; ligações com linhas tracejadas demonstram conexões fracas e as linhas contínuas são as conexões fortes; a simbologia de raio identifica conflitos e a cor cinza apresenta agentes que, de alguma forma, atuam de modo a desestruturar as relações e precisam ser analisados de forma estratégica.

Figura 1 – Do “lixão” ao Parque Ecológico - área degradada e área recuperada.

Fonte: ROCHA, 2017, p.249.

Figura 3 – Mapa de Agentes aplicado no estudo do Parque Sitiê – RJ.



Fonte: Elaborado com base em resultados preliminares da pesquisa "Práticas Comunitárias Emergentes para Transformações Urbanas" como desdobramento da pesquisa da tese, PIBIC 2018.

Nota-se que a tradução dessas relações na forma de diagrama facilita o entendimento das relações existentes, conflitos a serem enfrentados e parcerias a serem fortalecidas, possibilitando também identificar estratégias de integração. Investir na linguagem amplia o alcance da compreensão pelo diálogo entre comunidade, técnicos e instituições envolvidas em processos participativos que visam a transformação socioespacial.

Quadro Referencial de Análise

A pesquisa desenvolveu um quadro referencial de análise que reúne os elementos destacados nas reflexões sobre as vertentes urbanística e ambientalista, agregando em categorias de análise e sub-categorias as tendências que as caracterizam de forma qualitativa. O quadro é composto pelas categorias "iniciativa–comunidade–natureza–urbanismo", descritas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Descrição das categorias de análise.

INICIATIVA	Atitude, atividade ou movimento de emancipação; Origem da iniciativa no campo propositivo de ação local ou da Arquitetura-Urbanismo.
COMUNIDADE	Coletividades de diferentes indivíduos; Caracteriza as comunidades que compartilham uma visão de mundo, modo de vida ou propósito.
NATUREZA	Envolve o ambiente do entorno existente que não recebeu intervenção antrópica; Caracteriza as práticas e as relações estabelecidas com a natureza.
ARQUITETURA-URBANISMO	Campo de estudo e planejamento que envolve as edificações e a cidade; Caracteriza a produção das práticas no ambiente construído.

Fonte: ROCHA, 2017.

Com o método validado na tese, a aplicação do quadro facilita a análise de práticas locais emergentes em situações plurais, com o objetivo de reconhecer desafios e potencialidades, assim como caminhos de resistência criativa e de resiliência, que possibilitam fundamentar estratégias para a transformação socioespacial.

A leitura possibilita analisar cada prática local emergente, de forma instantânea em um dado momento de sua existência, podendo ter alterações ao longo do tempo, pois reflete a dinâmica socioespacial intrínseca.

A forma de visualização em gradientes expressa a intensidade das tendências elencadas nas sub-categorias de análise. Quando a tendência é forte, a cor fica mais intensa, podendo ocorrer cores intensas em uma ou duas extremidades, ou mesmo no centro, significando que, no momento da análise, esta tendência predomina, podendo em outro momento, tornar-se outra, o que demandaria reutilizar o método.

É importante ressaltar que a leitura deve ser realizada apenas nas faixas horizontais, onde as tendências se posicionam nas extremidades. A faixa do gradiente varia desde a maior à menor intensidade de cor, indicando a predominância sem caracterizar dualidade. A não dualidade se fundamenta em Deleuze e Guattari (1996), ao levar em consideração a coexistência das tendências, não excludentes.

Esta forma de visualização possibilita uma linguagem acessível a ambos os campos de ação – local e técnico (da Arquitetura-Urbanismo) – o que facilita o diálogo destes entre si.

Observa-se que não há valoração de agrupamentos de sub-categorias nem tendências no sentido vertical do quadro, nem mesmo hierarquias. As tendências foram distribuídas de forma a valorar seu significado por meio da intensidade da cor, com sua descrição entre parênteses ao lado, no Quadro 2 abaixo.

Ao aplicar o quadro no estudo do Parque Sitiê, no bairro do Vidigal, foi possível identificar as tendências predominantes em dado momento da pesquisa.

Quadro 2 – Quadro referencial de análise aplicado no estudo do Parque Sitiê – RJ.

	SUB-CATEGORIAS	TENDÊNCIAS		
INICIATIVA	Origem da iniciativa	Individual (parte do indivíduo)		Coletiva (parte do grupo)
	Forma de organização	Comunitária (organização local moradores)		Coletivo (grupo de afins ao propósito)
	Poder envolvido	Governamental (intervenção)	Local	Privado (patrocínio ou parceria)
	Coordenação vertical	*Bottom-up* (de baixo p/ cima)	*Bottom-linked* (ambos)	*Top-down* (de cima p/ baixo)
	Relação institucional	Institucional 3º setor		Institucional universitária
	Tipo de Prática	Hegemônica (sistema dominante)	Insurgente (reação)	Emergente (base; sem plano)
	Abordagem	Autonomia (de dentro para fora)		Empoderamento (de fora para dentro)
COMUNIDADE	Localização comunidade	Urbana (na cidade)	Periurbana (nas bordas da cidade)	Rural (no campo)
	Motivação	Intencional (opção)	Estímulo externo	Não-intencional (sobrevivência; s/plano)
	Gestão	Autogestão (gestão local)	Pública ou Privada	Cogestão (gestão compartilhada)
	Visão de mundo	Modo de vida (cotidiano)		Propósito (individual e coletivo)
	Visão comunitária	Coesão social (relação associativa)		Inclusão social (relação igualitária, direitos)
	Relação com o lugar	Pertencimento (tradição, sentido)		Apropriação (uso coletivo)
	Relação com meio externo	Isolamento (foco comunitário)		Articulação (foco sociedade; rede)
	Relação de poder	Hierárquica (vertical; poder sobre)	Centro vazio	Circular (horizontal; poder com)
	Prática comunitária	Resistência (reação por luta)		Resiliência (antecipação/adaptação)
NATUREZA	Relação com comunidade	Coexistência (faz parte do propósito)		Separação (não considera)
	Tipo de transformação	Ambiental (naturais)	Socioespacial	Social (privação de direitos básicos)
	Ecossistemas	Naturais (ciclos da natureza)		Urbanos (ciclos da natureza na cidade)
	Recursos naturais	Valor de uso (bem comum; coletivo)		Valor de troca (bem privado; rentável)
	Enfoque da ação	Biodiversidade (estímulo e preservação)		Unidade (para usufruto)
	Tipo de ação	Regeneração (renovação da origem)	Recuperação	Preservação (manutenção)
	Propensão ao risco	Resiliência (menos vulnerável a impactos externos)		Vulnerabilidade (exposto a danos)
	Produção de alimento	Permacultura (cultura permanente)		Agroecologia (autosustento)
ARQUITETURA-URBANISMO	Campo propositivo de ação	Local (ação comunitária)		Arquitetura-Urbanismo (ação técnica)
	Dimensão utópica	Práticas utópicas (moduladas)		Utopias experimentais (não moduladas)
	Dimensão de Lugar	Lugar (ambiência e apropriação pessoas)		Não-lugar (sem apropriação)
	Forma de replicação	Plural (não replicável)		Modelo (replicável)
	Moradia	Moradia compartilhada (ou edificações)		Moradia Individual
	Alcance da ação	Impacto local (retorno à comunidade)		Impacto ampliado (devolução à cidade)
	Propriedade da terra	Privada (particular)	Pública	Compartilhada (associação coletiva)
	Ideário predominante	Ideário social (político)	Ideário ecológico (ativismo)	Ideário socioecológico
	Força norteadora	Oportunidade (ocupação)	Necessidade (intervenção)	Ativismo (potencialidades)

Fonte: ROCHA, 2017, p.253.

Em relação à categoria **iniciativa**, observa-se uma iniciativa que surgiu de um indivíduo com a decisão da retirada do lixo acumulado próximo a uma área remanescente de mata atlântica, que prejudicava sua moradia e o convívio. Aos poucos, a iniciativa foi agregando uma organização comunitária e de interesse coletivo em torno do mesmo objetivo, o que, aos poucos, foi formalizada como Instituto Sitiê, conectado a uma rede de agentes de diferentes setores da sociedade, com ações iniciadas pelo poder local, parcerias do setor privado e de universidades. Caracteriza-se pela abordagem *bottom-up* (de baixo para cima). Tornou-se uma instituição do 3º setor promovendo ações de empoderamento, sensibilização e educação ambiental, social e econômica, junto à comunidade local e à rede de escolas municipais. Caracteriza-se como prática emergente, por ser de base comunitária, sem um plano previamente elaborado, de abordagem voltada para a autonomia, de dentro para fora.

Em relação à categoria **comunidade**, esta localiza-se em área desprovida de infraestrutura urbana básica, como saneamento e destinação de resíduos. A prática comunitária de origem intencional, em busca de soluções próprias para a destinação do lixo

e melhoria da ambiência no entorno das moradias. A autogestão comunitária prevalece sobre a gestão pública, pouco presente no contexto desigual e de segregação espacial no Rio de Janeiro. Nota-se a gestão compartilhada do lugar em parceria com instituições externas, mantendo a autonomia do Instituto, gerido por membros da comunidade que iniciaram o processo de transformação socioespacial.

A visão de mundo caracterizou-se por um propósito individual, que se estendeu para o coletivo a partir da convergência de questões socioambientais. O envolvimento das pessoas com o lugar ocorreu em diferentes níveis de aproximação, tanto moradores quanto adeptos ao propósito. A visão comunitária por relação associativa de coesão social voltou-se para a melhoria da ambiência, diante da extrema degradação, promovendo apropriação do lugar com uso coletivo.

A relação com o meio externo, inicialmente focado em melhorias locais, foi ampliada para uma articulação em rede de parcerias e acesso a tecnologias, junto a universidades, por meio da assistência técnica para execução e gestão do projeto do Parque e Instituto Sitiê, além do reconhecimento de prêmios internacionais. A relação de articulação focada na sociedade possibilita maior retorno à cidade, sendo consolidada na inserção do Parque na rede de parques urbanos do Estado do Rio de Janeiro, mesmo localizado em um bairro popular. A organização comunitária busca desenvolver uma gestão com estrutura horizontal circular para manter a gestão do Parque com os protagonistas da iniciativa, por intermédio do Instituto.

A prática comunitária no Parque desenvolve-se com o plantio e manutenção de horta comunitária e projetos de educação ambiental, envolvendo crianças e adolescentes que incluem outras comunidades do Rio de Janeiro, por meio da parceria com a rede de escolas municipais. As práticas demonstram ações predominantes de resiliência e adaptação do que de resistência ou luta. A transformação socioespacial ocorre de forma contínua sem depender de intervenções do governo, mesmo sendo os órgãos governamentais acionados conforme a necessidade, de forma a operacionalizar o acesso a recursos e suprindo lacunas de infraestrutura. Os caminhos de resiliência são estabelecidos ao antecipar problemas socioambientais recorrentes pela ação propositiva, recorrendo a parcerias para execução.

A categoria **natureza** apresenta uma relação de coexistência entre comunidade-natureza, ao associar transformações socioespaciais em um contexto de desigualdades. Antes desta prática local despontar, prevalecia a visão da natureza separada da comunidade, não havendo relação de preservação, apenas descuido e abandono com o descarte contínuo de resíduos de grande porte como pneus e eletrodomésticos. No início, prevaleceu a transformação ambiental, mas em seguida, esta coexistiu com a educação ambiental, promovendo transformação socioespacial.

Na implantação do Parque Sitiê prevaleceu a recuperação dos ecossistemas naturais, a partir da limpeza da superfície da encosta, tratamento do solo, aproveitamento da água de chuva e canalização do esgoto que ficava exposto no terreno, sendo solicitada ao órgão de saneamento básico.

No princípio, os recursos naturais possuíam valor de uso como bem coletivo. O enfoque da ação tendeu ao estímulo à preservação da mata atlântica, considerando a biodiversidade da fauna e da flora local. O tipo de ação enfatizou a recuperação do meio ambiente urbano, incluindo questões sociais que envolveram recuperar o sentido de

pertencimento ao lugar por meio do estímulo de práticas comunitárias. A iniciativa partiu da escala individual, quando a natureza estava exposta a danos e sob vulnerabilidade. Esta foi sendo reduzida por meio da mobilização coletiva e parcerias. A produção de alimento com hortas comunitárias envolveu relações de vizinhança seguindo os princípios éticos da permacultura[11].

Na categoria **arquitetura-urbanismo**, o processo iniciou pela ação local, tendo posteriormente mobilizado a ação técnica, aliando-se ao campo propositivo de ação da Arquitetura-Urbanismo. A dimensão utópica do processo de criação do Parque assemelha-se às utopias experimentais, baseadas em práticas não moduladas pelas ações governamentais nem pelo setor privado. A dimensão de lugar relaciona-se com a ambiência e apropriação pelas pessoas. Já a forma de replicação dessa prática é plural, não seguindo modelo replicável. O lugar abriga moradias precárias individuais, porém a iniciativa teve enfoque nos resíduos de lixo, por meio da iniciativa individual e coletiva.

A prática comunitária proporcionou retorno à comunidade local, apresentando alcance de impacto local, embora a ação técnica também tenha ampliado o impacto ao reintegrar uma área verde como parque, promovendo a "devolução" de um lugar para a cidade. A propriedade da terra, mesmo sendo pública, depois do processo implantado, passou a ser gerida de forma compartilhada em associação coletiva.

Embora tendo iniciado voltada para o ideário ecológico, a prática demonstrou tendência socioecológica ao promover o diálogo entre questões ambientais e sociais. A força que norteou a "criação de lugar" foi a necessidade de intervir para suprir lacunas do poder público, estimulada pela força norteada pelo ativismo de protagonismo local.

Ao reconhecer a prática comunitária emergente que produziu o Parque Sitiê, como Iniciativa Urbana emergente em contextos desiguais, verifica-se que esta surge em lugares onde as transformações socioespaciais são potencializadas ao fortalecer o ideário de coexistência socioecológica, caracterizando-se por trilharem caminhos de resistência criativa.

ECO-LÓGICAS SOCIAL, AMBIENTAL E DA SUBJETIVIDADE

Conforme Magnavita (2013, p.504), "não há nada fora das relações de poder, pois, não existe neutralidade nas práticas sociais". Assim, a urgência em se conscientizar sobre os meios de subjetivação dominantes torna imprescindível a emergência de uma revolução molecular, a partir da micropolítica praticada pelas minorias.

Guattari (2012), ao propor um novo paradigma ético-estético como suporte para a ação política não partidária, propõe uma visão de mundo na qual se tem por objetivo promover a emancipação do controle social, operada pela criatividade proveniente do desejo do indivíduo, que já não é mais individual, mas tem a visão do coletivo dentro de si. Essa visão, que busca integrar indivíduo-comunidade-natureza ao urbanismo, evidencia a comunidade como um coletivo de singularidades, parte constituinte da sociedade e, a natureza como elemento de transversalidade que as permeia e conecta.

[11] Segundo Bill Mollison (1981), a permacultura é a cultura permanente que engloba as tecnologias tradicionais e as mais recentes que englobam os princípios éticos do cuidado com a Terra, o cuidado com as pessoas e a partilha justa do excedente.

O autor, ao propor os três registros ecológicos como "pontos de vista" complementares na problematização das micropolíticas e sua repercussão na macropolítica, observou nem sempre ser possível identificá-los apenas numa análise exclusiva.

No registro ecológico mental, são encontradas subjetividades formadas por minorias – *assemblages* ou grupos de todo tipo – jovens, mães, (maior)idade, agricultores urbanos, catadores de lixo, costureiras cooperativadas, músicos, grafiteiros, etc. – que agem de forma plural utilizando de certa resistência criativa.

Em relação ao registro ecológico social, são relevantes os exemplos como: encontros de almoço no final de semana, sarau cultural entre moradores ou público externo; oficina de artesanato e sensibilização ambiental entre crianças; a ação coletiva da separação de resíduos para reciclagem; a formação de parcerias e redes de colaboração.

Segundo o autor, essas ações aparentam ter abrangência limitada, porém são relevantes para a formação de subjetividades e processos de subjetivação capazes de desencadear transformações socioespaciais. Não são processos lineares, mas heterogêneos e microescalares, como as iniciativas urbanas em contextos desiguais que, em princípio, surgem da ação de um indivíduo, mas transcendem seu aspecto individual para o coletivo.

Já o registro da ecologia ambiental agrega coletivos de singularidades, gradualmente, por sensibilização ao apelo da preservação ambiental, numa perspectiva de transformação socioespacial e retomada de valores na microescala local, que impacta a escala global a partir do bairro e da cidade.

CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E DE RESILIÊNCIA

As práticas estudadas revelam as potencialidades latentes em pessoas e lugares para além da conquista de direitos sociais, contemplando o enfrentamento de impactos socioambientais que implicam em resiliência ou resistência criativa.

Os **caminhos de resiliência** equivalem a práticas comunitárias que emergem em contextos sociopolíticos mais igualitários. Por esses caminhos, as pessoas interagem com os lugares de moradia e convívio em busca de desenvolver autonomia, resistindo a impactos sociais e ambientais recorrentes, a exemplo das Ecovilas, Ecobairros e Iniciativas de Transição. Para isso, investem no desenvolvimento de habilidades pessoais e de grupo, promovendo mudanças no modo de vida e no cotidiano, partindo de uma transição pessoal à transição externa, refletida na transformação socioespacial, não se limitando às interferências excessivas do mercado especulativo, do consumismo, da dependência do petróleo, das indústrias de alimentos e de medicamentos.

Os **caminhos de resistência criativa** condizem com as práticas comunitárias que emergem em contextos sociopolíticos desiguais, na microescala local do ambiente urbano, onde iniciativas individuais e coletivas interagem com os lugares de moradia e convívio por autogestão. Transformam áreas consideradas periféricas, por abandono do poder público ou pela economia de mercado, em lugares de qualidade urbano-ambiental para uso coletivo da comunidade local e, eventualmente, do coletivo mais amplo da cidade, fator que as potencializa politicamente nos processos de transformação e "criação de lugar", a exemplo das Iniciativas Urbanas emergentes estudadas.

Ambos os caminhos apresentam diferenças, mas também semelhanças, podendo inclusive aprender mutuamente, trocando experiências e metodologias no campo propositivo de ação local, principalmente, porque não é o contexto sociopolítico que tem maior peso quando se envolve as eco-lógicas social, ambiental e das singularidades. Dessa forma, transformações pessoais são essenciais para que transformações externas no ambiente ocorram. A intensidade das inter-relações entre comunidade-natureza demonstrou ser o eixo norteador dos processos de tomada de decisão em projetos urbanos locais, por meio de métodos participativos que reforçam a liberdade, o empoderamento e o engajamento político.

DA SEPARAÇÃO À COEXISTÊNCIA SOCIOECOLÓGICA

A proposição de um diálogo de integração entre as vertentes urbanística e ambientalista recupera, em cada uma delas, os aspectos relevantes que apontam para uma convergência entre questões urbano-ambientais capazes de efetivar transformações urbanas de impacto local, mas também no nível coletivo da comunidade e da cidade. Interrelacionar o ideário propositivo e inovador da primeira vertente com o ideário ecológico e as múltiplas dimensões da segunda vertente equivale a um salto qualitativo da separação que conduzia essa relação ao reconhecimento da coexistência de questões sociais e ambientais.

Para extrapolar a integração das duas vertentes e seus ideários propositivos prevalentes – social e ecológico – como seria direcionar-se para uma coexistência socioecológica? Para tanto, as práticas comunitárias emergentes das iniciativas urbanas em contextos desiguais, supostamente isoladas da problemática urbana, precisariam promover transformações de amplitude urbana efetiva. Nesse sentido, além das possíveis interfaces entre as vertentes, seria relevante que o diálogo ocorresse entre estas práticas locais e a cidade, incorporando as dimensões do Direito à Cidade, ou seja, que seus efeitos transformassem áreas degradadas e devolvessem novos lugares ao coletivo mais amplo (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 2014), sendo relevante correlacionar com a ação do arquiteto-urbanista tanto nas fases de processo quanto nas de projeto.

Ao encontrar práticas comunitárias emergentes que apresentam interfaces, ou mesmo, um diálogo interdependente entre as pessoas, o lugar e o ambiente, uma pluralidade de caminhos possíveis se apresenta. Importando aqui, a transformação dos lugares a partir das pessoas, por meio de uma abordagem *bottom-up* ou, pelo menos, ao se integrar à uma abordagem *top-down*, ou ambas, valorizando a ação social das subjetividades individuais e coletivas, ao procurar aproximar saberes comuns e campos do conhecimento, incluindo a abordagem técnica.

As práticas pré-urbanísticas da virada do século XX, consideradas utópicas sob o ponto de vista materialista histórico dialético, foram incluídas na pesquisa, tomando-se emprestado a capacidade propositiva fundamentada no ideário de reforma social e político. O agente protagonista dessas ações era o visionário, o filantropo, o industrial que, tecnicamente, pretendia resolver questões sociais e ambientais, com enfoque nas relações comunitárias e na valoração da natureza; mas que, em certos casos, pretendia aumentar a produtividade da sua fábrica com trabalhadores mais satisfeitos.

As práticas de ativismos ambientalistas que foram espacializadas também foram consideradas, recuperando destas a sua capacidade de resistência criativa que incorporava uma visão integrada do ser humano, inserido na natureza, sujeito aos resultados de suas próprias ações sobre a mesma, para além de uma visão antropocêntrica, a exemplo das comunidades intencionais em Ecovilas, estudadas na pesquisa (ROCHA, 2016; 2017).

A vertente ambientalista apresentou uma falta de articulação entre os âmbitos teórico e prático. Enquanto no primeiro, relativo ao pensamento anglo-saxão, os pensadores da Ecologia estavam interessados no aspecto institucional, na maneira de reformar as instituições políticas para se adaptar aos desafios ambientais, tornaram-se atores críticos do antropocentrismo. O segundo, relativo ao pensamento francês, voltou-se para a Ecologia Política, o que foi decisivo no processo de ruptura para uma crítica social da alienação. Foi assim que a disciplina da Ecologia foi situada, por muito tempo, à margem das elites, e as ideias ecológicas tiveram que ser espalhadas pela sociedade francesa, razão pela qual pode ter ampliado seu alcance neste país.

As duas vertentes tiveram momentos em que foi experimentada uma maior aproximação, como no Urbanismo Ecológico ou no Ecourbanismo, no final do século XX, ainda com muitas separações internas relativas ao campo social, pois enfatizavam questões ambientais e técnicas do urbanismo.

Nessa busca por diálogo, da separação à coexistência socioecológica, foi apresentada uma breve reconstrução cronológica das tentativas de aproximação entre as ciências sociais e ecológicas – humanas e naturais – que se desdobraram nas teorias mais recentes de integração das questões urbanísticas e ambientais.

Muitos autores, desde o século XIX, enfatizaram a compreensão da necessária interdependência desses campos do conhecimento para fins da promoção da vida. O ser humano e a natureza já estiveram muito mais próximos, antes numa posição de submissão às leis naturais. Na era moderna, passou a se perceber como superior, dominando a natureza para benefício próprio. Apenas recentemente, as ciências ecológicas começaram a operar sob uma nova perspectiva, transversalmente, entre as ciências exatas, naturais, sociais e humanas. Assim, a Ecologia apresenta-se como transdisciplinar dentre as demais disciplinas.

Esse percurso que tende ao diálogo entre as vertentes urbanística e ambientalista tornou possível somar à capacidade de promover transformação urbana. Foi sob esse argumento que o lugar das práticas comunitárias emergentes pôde ser recuperado, por reconsiderar muitas questões que já haviam sido isoladas, utilizando-as como alavanca para impulsionar o novo no presente.

Essa condução reforça que a construção social do espaço é potencializada quando atravessada por eco-lógicas mentais, sociais e ambientais, a partir da retomada do lugar da comunidade, enquanto coletivo de singularidades, e também do vínculo com a natureza. Os caminhos plurais analisados reforçaram o reconhecimento do lugar das práticas comunitárias emergentes nos processos de transformação socioespacial, o que aponta para a reconstrução da inter-relação comunidade-natureza nos processos decisórios urbanos, partindo do nível local e ampliando-o para a cidade.

Coloca-se em pauta, portanto, a noção da coexistência socioecológica como

reconhecimento do diálogo entre questões urbano-ambientais complexas na contemporaneidade. Da mesma forma, compete aos profissionais reconhecê-la para ampliar o potencial coletivo de suas ações no sentido propositivo de uma convergência socioecológica nos campos de ação local e da Arquitetura-Urbanismo.

REFERÊNCIAS

CHOAY, F. *O Urbanismo*: utopias e realidades, uma antologia. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, 1 ed. (orig. 1965)

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Rizoma. In: *Mil Platôs.* Capitalismo e Esquizofrenia. [Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa] v.1. São Paulo: Ed. 34, 1995. (orig. 1980)

EIZAGUIRRE, S. *et al. Multilevel governance and social cohesion:* bringing back conflict in citizenship practices. Urban Studies, 2012. 49(9), p. 1999–2016.

GUATTARI, F. *As Três Ecologias.* [Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt] Revisão da tradução Suely Rolnik. 21ª.ed. Campinas: Papirus, 2012. (orig. 1989)

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes:* do Direito à Cidade à Revolução Urbana. [Tradução de Jeferson Camargo] Sâo Paulo: Martins Fontes, 2014. (orig. 2012)

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade.* [Tradução de Rubens Eduardo Frias]. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991. (orig.1968)

LENOBLE, R. *História da ideia de Natureza.* Rio de Janeiro: Edições 70, 1990. (orig. 1969)

MAGNAVITA, Pasqualino. Economia criativa de resistência: cultura e cidade - subjetividade e micropolítica, paradigma ético-estético. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, v. especial, p. 65-79, 2011.

METCALF, Bill. *Shared Lives, Shared Visions*. Comunal Living Around the Globe. Forres: Findhorn Press, Escócia, 1996.

MOLLISON, Bill. *Introdução à Permacultura.* Permacultura Design Course Séries, 1981.

MONTANER, Josep M.; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política*: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PAIVA, R. (org.). *O retorno da comunidade*: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. In: *Controvérsia*. v.3, n.2, p. 60-65 (jul-dez 2007).

ROCHA, H.F.M. *Urbanismo Sustentável e Comunidades em Áreas Urbanas Vulneráveis*: Novas Utopias? In: IV ENANPARQ, Porto Alegre, 25 a 29 julho 2016.

ROCHA, H.F.M. *O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes:* caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos. (Tese de Doutorado) PPGAU-UFBA, Salvador, 2017.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHINKEL, U.; JAIN, A.; SCHRODER, S. *Local Action and Participation:* approaches and lessons learnt from participatory projects and action research in future megacities. Book Series, Future Megacities, v.4 Berlin: Jovis, 2014.

VAINER, C. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. In: *Conferência das Cidades,* Curitiba, 2003.

VASCONCELOS, P. de Almeida. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade.* Ilhéus: Editus, 1999, 596 p.